

ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA

18
18

ANO VIII - Nº 15

BOLETIM

Junho 1995

SÃO PAULO DOS TEMPOS IDOS ...



A "CRUZ PRETA" existia em uma esquina e os seus braços excediam à altura das sacadas de um sobrado, a que estava encostada. O povo tinha grande fé nessa cruz, e aí rezava à noite e fazia grande festa no dia 2 de maio. Foi nessa casa que nasceu, anos mais tarde, o poeta paulista, Álvares de Azevedo. (Desenho de J. Wasth Rodrigues).



Já no III Centenário da Paulicéia, em 1854, o "tilbury" era usado nas vias públicas da capital paulista, prolongando-se seu emprego até o fim do segundo decênio do século atual, quando o progresso do automobilismo determinou o seu gradual desaparecimento. Desenho de A. Esteves.



Desde cedo a rede serviu, na cidade de São Paulo e seus arredores, para a movimentação de pessoas, quer sãs, quer doentes, como também para a remoção de cadáveres...

O PIONEIRISMO DA PSIQUIATRIA FORENSE PAULISTA

Guido Arturo Palomba

A Psiquiatria Forense Paulista é, sem dúvida, uma das especialidades médicas mais importantes do nosso País. Sua origem e a escola doutrinária que formou conduzem a esse raciocínio.

Em rápidas palavras, começou com Francisco Franco da Rocha, em 1895, ano em que assumiu o Serviço de Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo. Existiam à época quinze doentes mentais criminosos vivendo de permeio com doentes mentais comuns, no Hospício da Várzea do Carmo (1).

Franco da Rocha logo verificou os graves inconvenientes dessa mistura de doente criminoso

com doente comum e teve, por isso, a idéia de isolá-los em enfermarias. A partir daí logrou aprofundar-se nos problemas inerentes ao criminoso alienado. Escreveu artigos sobre o tema: Delinqüente Epiléptico, 1897 (s); Responsabilidade Atenuada dos Alienados, 1897 (3), culminando com publicar, em 1904, a importante obra "Esboço de Psychiatria Forense" (4). Importante pelo conteúdo que, visto à distância de noventa anos, mantém ensinamentos de valor. Importante pois até então, no Brasil, as publicações de psiquiatria forense eram editadas com outro nome: "medicina legal das alienações mentais". Se não houver prova em contrário, Franco da Rocha foi quem escreveu o primeiro livro brasileiro de psiquiatria forense.

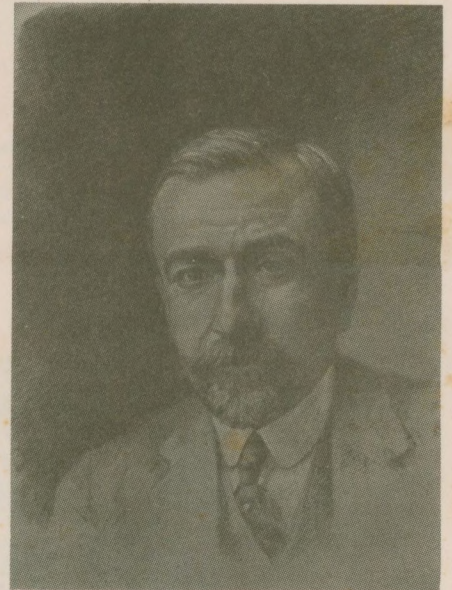
Se, por um lado, Franco da Rocha dedicava-se à doutrina, não descurava, por outro, da parte operacional. Em março de 1923, ao aposentar-se, depois de vida laboriosa e fecunda, deixou ao Estado de São Paulo um perfeito serviço de assistência aos doentes mentais. Entretanto, não logrou completar a sua obra com a criação do Manicômio Judiciário, o que foi feito pelo seu dileto discípulo, Antonio Carlos Pacheco e Silva, que se tornou um grande nome da psiquiatria forense paulista e brasileira, com projeção internacional.

Pacheco e Silva também sucedeu Franco da Rocha na cátedra de Psiquiatria da Casa de Arnaldo Vieira de Carvalho, a Faculdade de Medicina da Universidade de São

Paulo, onde formou inúmeros discípulos. Deixou incontáveis artigos, dezenas de livros e um tratado de psiquiatria forense (5), consolidando assim, a hoje centenária escola de psiquiatria forense paulista e brasileira. Formaram-se muitos mestres, que fizeram discípulos. Os discípulos, outros discípulos... e o brandão da ciência, consciência e técnica, sempre aceso, sendo passado de mão em mão.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - Pacheco e Silva, A. C. - O Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, gráfica do Hospital de Juqueri, São Paulo, 1935.
- 2 - Franco da Rocha, F. - Delinqüente Epiléptico, Rev. Médico-legal, Bahia, 1897.
- 3 - Franco da Rocha, F. - Responsabilidade atenuada dos alienados, Rev. Médico-legal, Bahia, 1897.
- 4 - Franco da Rocha, F. - Esboço de Psychiatria Forense, ed. Laemmert, São Paulo, 1904.
- 5 - Pacheco e Silva, A. C. - Psiquiatria Clínica e Forense, ed. Nacional, São Paulo, 1940.



Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920)

Expediente

ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA

DIRETORIA 1995-1997

Presidente: Douglas Michalany

Vice-Presidente: Célio Salomão Debes

Secretário Geral: Délio Freire dos Santos

Secretário: Guido Arturo Palomba

Tesoureiro: José da Veiga Oliveira

Editor, paginação e diagramação: Douglas Michalany

Comissão de redação:

Célio Salomão Debes

Délio Freire dos Santos

Douglas Michalany

Jornalista Responsável:

Hernâni Donato

SJPESP 1227

- * -

As matérias assinadas não recebem, necessariamente, a aprovação e a responsabilidade da Academia.

- * -

Composição e Impressão:

KMK - Artes Gráficas e Editora Ltda.

Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 624

Fones: 579-0145 e 579-6417 - São Paulo

COLABORE E FAÇA SUAS SUGESTÕES

ENVIANDO-AS PARA NOSSA SECRETARIA

Rua Benjamin Constant, 158 - 7º andar

Fones: (011) 232-8064 - FAX (011) 232-3582

CEP 01005-000 - São Paulo - Brasil

EFEMÉRIDES PAULISTAS

JUNHO

1-1838 - O Presidente da Província baixa ato modificando o Regulamento de 1 de julho de 1837, determinando aos Administradores das Coletorias que fizessem constar, nas respectivas guias, o peso e a qualidade do café (bom ou escolha) que em seu território tivesse pago o dízimo.

- 1961 - O Governador do Estado, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, desapropria as ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, pelo Decreto 48548, mantendo, porém, sua natureza de sociedade anônima. O preço, então, oferecido, foi de 580 milhões de cruzeiros.

2-1653 - A Câmara da Vila de São Paulo comunica ao Rei de Portugal que celebrou ajuste de paz com os Jesuítas.

- 1902 - É fundada, na Capital, a Escola Prática de Comércio, posteriormente denominada "Escola de Comércio Álvares Penteado".

3-1791 - A Gabriel Antunes Maciel é concedido o direito de ter "canoas por sua conta nos rios Grande, Taquari e Lagoa Sambichuga", pelo espaço de 5 anos, "fazendo boa passagem de passageiros", mediante remuneração. Podia cobrar, no rio Grande, por pessoa e carga, 2 patacas e, por cavalo, 4. O concessionário se obrigava, ainda, a abrir uma estrada para as minas de Cuiabá, "pela vila de Sorveava", evitando os perigos do rio Anhembi"(Tietê).

4-1901 - Na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, doada por Luís Vicente de Sousa Queirós, é fundada a Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós.

5-1871 - O Presidente da Província determina que a concessão das férias dos administradores e dos operários empregados nas obras públicas, não prejudicasse a regularidade dos trabalhos por eles executados.

-1874 - João Teodoro Xavier, Presidente da Província, baixa regulamento da Lei nº 9, de 22 de março do mesmo ano, que tornava obrigatório o ensino primário para todos os meninos de 7 aos 14 anos e todas as meninas de 7 aos 11, desde que residentes em cidades ou vilas em que houvesse escola pública ou particular subvencionada, sob pena de multa de 10 mil réis, que, na reincidência poderia elevar-se até a 50 mil réis; cada falta às aulas implicava na multa de 500 réis a 1 mil réis. Em ambos os casos, a pena era suportada pelos pais dos alunos, ou por seus responsáveis.

-1966 - Anuncia-se oficialmente, em São Paulo, a cassação dos direitos políticos do Governador do Estado Ademar Pereira de Barros, por ato do Governo militar.

6-1860 - Pelo decreto 2601, O Governo Imperial aprova os Estatutos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiá, elaborado em Londres. Trata-se da primeira ferrovia construída em território paulista. Sob a denominação de São Paulo Railway Company, passou a ser conhecida por **Ingleza**. Após sua encampação (1946) pelo Governo Federal, tornou a chamar-se Estrada de Ferro Santos a Jundiá.

7-1842 - Trava-se, em Venda Grande, próximo a Campinas, o combate entre os insurretos liberais e as tropas imperiais, comandadas por Caxias, em que as primeiras foram derrotadas.

-1848 - Nasce, em Guaratinguetá, Francisco de Paula Rodrigues Alves, que presidiu São Paulo por três vezes (nov. 1887-abril 1888; 1900-1902 e 1912-1916) e a República (1902-1906); reeleito para a chefia da Nação, faleceu antes de assumir o cargo, vitimado pela gripe espanhola (1918).

-1890 - Celebra-se, no paço da Intendência Municipal de São Paulo, o primeiro casamento civil realizado na Capital.

-1897 - O estudante paulista Carlos Vasconcelos de Almeida Prado é

vítima de atentado a tiros de pistola, em Ouro Preto, sendo apontados como agressores os estudantes gaúchos Protásio, Viriato e Getúlio Vargas, estes irmãos, e Baltazar Bem. Salvo Getúlio, todos os demais foram pronunciados, tendo escapado da punição por ter ocorrido a prescrição do delito.

-1907 - D. Duarte Leopoldo e Silva é elevado à dignidade de Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

-1908 - O Estado de São Paulo é elevado à categoria de Província Eclesiástica independente, composta pelos bispados de São Carlos, Campinas, Ribeirão Preto, Taubaté, Botucatu e Curitiba, sob a direção do Arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva.

8-1793 - A Câmara Municipal de São Paulo determina que se escrevam às oito, Vilas da Comarca de São Paulo (São Vicente, Santos, Itanhaem, Taubaté, Moji das Cruzes, Parnaíba, Sorocaba e Itu), para que remetessem as respectivas partes, que se comprometeram a fornecer, por intermédio de seus procuradores, em 1791, para o ordenado do Ouvidor.

9-1597 - Falece o Pe. José de Anchieta, em Reritiba, hoje Anchieta, no Espírito Santo, aos 63 anos de idade, dos quais, 46 dedicados à Companhia de Jesus e 44 ao apostolado no Brasil, sendo ali sepultado. Em 1609, seus despojos foram trasladados para a Bahia, onde permaneceram por algum tempo. Com a edição do breve de Urbano VIII, **de non cultu**, foram eles retirados e dispersos por várias Casas e Colégios da Ordem, inclusive em Roma. Há várias notícias seguras, da existência de duas relíquias: a) cofre com jaqueta, achado, em 1949, na Faculdade de Ciências de Lisboa; b) osso, vindo de Roma, que se encontra no Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro. Além desses, a Igreja do Beato José de Anchieta, em São Paulo, guarda, como relíquia, um fêmur do Taumaturgo, aqui chegado a 23 de março de 1966, proveniente de Roma. Após a Beatificação de Anchieta, prossegue a campanha em prol de sua canonização.

-1965 - Realiza-se, em São Paulo, a primeira celebração do **Dia de Anchieta**, instituído por decreto do Presidente da República. Das comemorações, fez parte ciclo de conferências, posteriormente enfeixadas em Poliantéia publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

10-1612 - Em sua luta contra os Jesuítas, os oficiais da Câmara da Vila de São Paulo e seu povo se reúnem para protestar contra o desvio, feito por aqueles, dos índios que, a todos, deviam prestar serviço.

11-1855 - Iniciam-se, no Rio de Janeiro, os trabalhos de construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, que, nos termos do Decreto 641, de 26 de julho de 1852, iria ligar a Capital do Império à cidade de São Paulo. O empreendimento limitou-se a atingir a cidade paulista de Cachoeira. Em nosso território, foi constituída a Companhia da Estrada de Ferro do Norte, que construiu a E. F. São Paulo - Rio de Janeiro, encampada, em 1890, pelo Governo Provisório da República e incorporada à Central.

12-1793 - A Câmara Municipal de São Paulo manda publicar edital "proibindo os jogos freqüentes de que há queixas haverem pelas casinhas e tavernas desta cidade, impondo, aos vadios que se acharem em ditos jogos de cartas ou dados, a pena de prisão de 8 dias de cadeia, além de 2 mil réis de condenação e vinte açoites ao pé do pelouro, sendo escravo ou pião o compreendido, além de cinco tostões para o meirinho, ou oficial que o prender".

-1817 - É enviado do Rio de Janeiro, pelo Governo, Tomás Rodrigues,

EFEMÉRIDES PAULISTAS

JUNHO

para ensinar a trabalhar em teares de vários tipos de tecidos.

-1823 - O paulista José Feliciano Fernandes Pinheiro fundamenta, na Assembléia Geral Legislativa, sua indicação em que propõe a criação de uma Universidade em São Paulo, assinalando as agruras por que passam, em Coimbra, os brasileiros que lá estudam.

-1868 - Nasce, na Capital, o historiador Afonso Antônio de Freitas. Foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que presidiu de 1922 a 1930. De sua vasta obra, destaca-se **A Imprensa Periódica de São Paulo desde 1823 a 1914**. Deve-se a ele a localização do túmulo do Pe. Diogo Feijó, cujos despojos, hoje, se encontram recolhidos à cripta da Catedral.

13-1587 - O procurador da Câmara da Vila de São Paulo solicita “que lhe dessem o livro das ordenações para reger-se e saber o que devia fazer para o bem de seu regimento e por causa de não ter regimento para saber por onde se a de reger, não podia fazer seu ofício”. Os vereadores respondem-lhe “que esta vila não tinha livro de ordenações nem com o que o comprar e que se houvera, que lhe deram e que podendo ser havido emprestado, ou de outra lhe dariam”.

14-1586 - O Procurador da Câmara da Vila de São Paulo requer aos vereadores que determinem o reparo das pontes e dos caminhos, recebendo como resposta que os trabalhos de reparação estavam distribuídos entre os moradores da Vila e que, no entanto, os mesmos estavam ausentes, integrando contingente que partira para guerra, só restando as mulheres; que, no entanto, estavam determinando que “fossem notificadas as mulheres dos homens” a que tocavam essas tarefas, para que “cumprissem com suas obrigações”...

15-1920 - Eptácio Pessoa apresenta seu laudo estabelecendo os limites entre os Estados de São Paulo e do Paraná. Inconformados com a decisão que a transferia para o Paraná, os moradores da localidade de Ararapira, mudam-se para o lado paulista, estabelecendo, no Morro das Pedras, nova povoação, denominada Arari.

16-1721 - Em decorrência de condenação à morte, que lhe fora imposta por ter assassinado a própria filha, movido por exagerado conceito de honra familiar, é executado, na Bahia, para onde fôra remetido, o bandeirante paulista Antônio de Oliveira Leitão. De acordo com a sentença, deveria ser enforcado, mas, dada sua condição de nobreza, que invocara, foi decapitado!

17-1797 - Nasce na Capital Antônio Mariano de Azevedo Marques, o **Mestrinho**, fundador do primeiro jornal publicado em São Paulo. Trata-se de **O Paulista**, manuscrito, aparecido em 1823. Colaborou, também, no **O Pharol Paulistano**, o primeiro jornal impresso que aqui circulou (1827).

18-1710 - Assume o cargo de Governador e Capital General da Capitania de São Paulo seu primeiro titular, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, nomeado pela Carta-Régia de 3 de novembro de 1709, que criou as Capitanias de São Paulo e de Minas Gerais, separando-as do Rio de Janeiro.

19-1841 - Falece, na Capital, o legendário professor do Curso Anexo à Academia de Direito, Júlio Frank. Por não professar o catolicismo, não podia ser enterrado no interior de Igreja. Diante da inexistência de cemitérios públicos e gerais, e para evitar seu aviltamento, com a destinação de seus despojos para o cemitério dos Aflitos, a Congregação da Academia fez inhumá-lo em um dos pátios internos do estabelecimento, onde se encontra.

20-1795 - Dada a escassez de pão no Reino, ordem régia recomenda o plantio de mandioca e a remessa a Portugal de metade da safra.

-1967 - Na seqüência do desmantelamento da rede ferroviária nacional, circula o último trem da E. F. Bragantina, sob os protestos da população servida por sua linha.

21-1563 - No curso do tratado de paz, o Pe. Manuel da Nóbrega segue de Iperoig para São Vicente, permanecendo Anchieta como refém, entre os tamoios, até 14 de setembro.

23-1842 - É preso o senador do Império Diogo Antônio Feijó, um dos cabeças da Revolução Liberal eclodida, neste ano, na Província de São Paulo, sendo, posteriormente, deportado para o Espírito Santo, onde permaneceu por seis meses.

24-1677 - Diante da notícia de que os Jesuítas teriam solicitado ordem para a alforria dos índios, o povo da Vila de São Paulo os ameaça de expulsão, só não executando seu propósito, diante da afirmação deles de que não haviam tomado tal iniciativa.

25-1821 - O Governo Provisório da Capitania de São Paulo encarrega os deputados paulistas às Cortes de Lisboa, então no Rio de Janeiro, da compra de uma tipografia e do mais necessário a seu funcionamento, além da contratação de um compositor.

26-1854 - Circula o primeiro número do **Correio Paulistano**, fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques. Após a proclamação da República, tornou-se órgão oficial do Partido Republicano Paulista que, na década de 1960, o alienou. Seu último número circulou no dia 8 de agosto de 1963.

27-1779 - É sagrado o primeiro cemitério extra-muros (fora do recinto das Igrejas) da Capital, denominado dos **Aflitos**, destinado ao sepultamento de soldados, escravos e dos réus executados na forca. Esta se erguia no Largo que lhe levava o nome, posteriormente, mudado para da Liberdade. Do cemitério, desativado após a inauguração do da Consolação (1858), quando a área que ocupava foi loteada (1873-1889), remanesce a capela, localizada nos fundos do beco (hoje, rua) dos Aflitos.

28-1822 - O Governo Imperial, em resposta ao da província de São Paulo, informava que, por “nenhum algóz se achar legitimamente nomeado para as execuções da Justiça, as quais têm sido exercidas por um preso de sumário, por não haver nas cadeias quem tivesse a perícia que se exige”, deixava de atender a seu pedido para que lhe fomesse um”.

29-1692 - Em carta a El Rey, o Governador Geral do Brasil, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, denuncia os paulistas, “porque a Vila de São Paulo, há muitos anos, que é república por si, sem observância de lei nenhuma, assim divina como humana”.

-1878 - Falece em Viena, Ministro do Brasil na Áustria, Francisco Adolfo de Varnhagen, Barão e Visconde de Porto Seguro. Paulista de São João de Ipanema, foi um dos mais destacados historiadores brasileiros, tendo deixado importante obra, da qual merecem referência **História Geral do Brasil, História da Independência e Os Holandeses no Brasil**.

30-1958 - Falece, nesta Capital, o escritor Edgard Cavalheiro, autodidata, dotado de excepcional inteligência, dedicou sua vida inteiramente à atividade literária. Dentre suas obras, destacam-se **Fagundes Varela e Monteiro Lobato**, duas biografias de reais méritos. Idealizou, quando na presidência da Câmara Brasileira do Livro, o Prêmio Jabuti.

MÚSICA CLÁSSICA E MÚSICA POPULAR: DIFERENÇAS. CONTRASTES E CONFRONTOS

José da Veiga Oliveira

Gentes há que propendem, alto e bom som, pela nenhuma validade de qualquer diferença palpável entre a música clássica - que prefiro qualificar de culta e artística - e a popular, à base de um argumento dogmático, tão simplista quanto simplório "à outrance": existe apenas música - boa ou má.

Tal gente nunca se deu conta de pesquisar seriamente uma temática tão profunda, pluriforme, riquíssima de significado e motivações.

Estamos exaustos de saber da existência de música clássica do mais alcançado estilo; como também de meros ajuntamentos de notas que nada propiciam de criatividade, utilidade estética, expressividade. O mesmo vem de suceder à música popular. Quanto a esta, urge conceituá-la com um mínimo de precisão.

No conceito consuetudinário é o que Mário de Andrade caracterizava como popularesca, ou seja, música funcional, utilitária, de entretenimento (Unterhaltungsmusik), para consumo imediato. É música produzida por autor ou autores conhecidos, instrumental ou vocal, de recursos singelos ou, ao contrário, técnico-científicos, de divulgação promocional intensiva, repetitiva, socorrendo-se da gravação em disco ou fita magnetofônica. Como não poderia deixar de ser, tal música difunde-se de imediato por todos os segmentos de uma coletividade. Entretanto, inclina-se a desaparecer completa e rapidamente, mercê do grau de permeabilidade, improvisação e mobilidade intrínsecas, bastas vezes condicionada às múltiplas peculiaridades do momento, sujeita às mais variegadas influências aleatórias, dentro da marca fundamental da espontaneidade.

Do mesmo modo que acontece à folc música (ou música folclórica), a popular encerra, como se disse, flagrante funcionalidade, interessada de imediato, e procura sempre servir a uma causa específica. Poderá ser um acalanto, canção de ninar ou de berço (Wiegenlied, Slumber Song), que a aia ou a mamãe suavemente cantarola baixinho para o neném na caminha. E quando a criança cresce, é a hora das deliciosas cantigas-de-roda (Round Dances), entretenimento coletivo, que Portugal expeliu aos milhares para o Brasil (cirande cirandinha"), aclimando-se rapidamente no universo infantil. Não há mistério de recordar as danças popularescas, sejam campestres ou urbanas, que amenizam as duras labutas do campo, fábricas, oficinas etc. Também do folclore surgem as garbosas marchas militares, vivenciadas nos arrancos dos compassos.

Todavia, não parece confundirem - e ambas categorias, folclórica e popular, porquanto a folc música contém caracteres autônomos. Definimos a folc música aquela, aceita criativamente no meio de determinado segmento populacional, por força da transmissão oral; propõe quase sempre novas características ou modalidades.

É 99% anônima. Autor ou autores se esfumaram para sempre nas brumas do tempo. Foi o que sucedeu p. ex. à célebre melodia Greensleaves ("mangas verdes"), que remonta aos séculos XVI-XVII, ao fulgurante período isabelino ou elizabethiano da Inglaterra renascentista. Acha-se referida duas vezes na comédia de Shakesperare "As alegres comadres de Windsor", bem como "O conto d'inverno" ("The Winter's Tale"). Muitos escritores não deixaram de consigná-la. Aparece, pela primeira vez, no "Register of the Stationer's Company" (1580), mas provém de época anterior. Essa página, de esplêndida melancolia expressiva, foi retomada sob mil e uma formas. Os eminentes compositores Ralph Vaughan Williams (1872-1958), Edward Elgar (1857-1934), Gustav Holst (1874-1934), Benjamin Britten (1913-1976) inseriram a composição em suas obras, sob êxito incontestado. É apenas um exemplo, entre muitos, que se poderiam aduzir.



Ludwig Van Beethoven
(1770? - 1827)

Em contraposição, a música erudita ou artística destina-se à audição, inclusa a composta especialmente para bailado (Mozart, "Les Petits Riens", K. V. 299-B; Gluck, "Don Juan"; Beethoven, "As criaturas de Prometeu"; Tchaicovsky, "O Lago dos Cisnes", "A Bela Adormecida", "O Quebra-Nozes", "Bodas da

Aurora"; Stravinsky, "Petruchka", "O Pássaro de Fogo", "A Sagração da Primavera", "Pulcinella", "As Bodas", "Agon"; Prokofiev, "O Filho Pródigo", "Romeu e Julieta", "Le Pas d'Acier" etc.

Da música erudita, em que lhe pesem as exceções supra-consignadas, exigem-se o propósito desinteressado, o nível puramente estético. Logicamente pressupõe um público de elite, entendedor, "connoisseur".

Convém deixar bem claro que a música artística se distingue da popular por seu por vezes complexo e requintado aparato polifônico-harmônico, bem como uma utilização sutil, porém rigorosa das regras técnicas ou teóricas, hauridas de tratados de alta sabedoria, exemplar proficiência, para o exercício da arte da composição e instrumentação.

Ao contrário, a música popular, geralmente de concepção monódica, nasce e se transmite fundamentalmente do instinto musical, por vezes incoercível, e da capacidade do compositor.

Quando este, de raiz e formação intelectual erudita, inebriado ou atraído visceralmente pelo fascínio da música popular e/ou folclórica, inscreve em partitura temas, ritmos, motivos que mais o seduziram; costuma operar uma verdadeira transfiguração lírica e poética. Entre exemplos outros, bastaria aduzir a genial Carmen ou L'Arlesienne de Bizet; o portentoso ciclo de poemas sinfônicos Ma Vlast ("Minha Pátria") de Smetana; as "Danças Eslavas", os "Duetos Morávios" de Dvorák; as óperas Boris Godunov, Khovantchina, Feira de Sorótchinsk de Mussorgski; as inimitáveis Bachianas Brasileiras de Villa-Lobos; o ciclo "Old American Songs" de Aaron Copland (1900-1990), bem como canções folclóricas brasileiras, ambientadas por Ermani Braga (1888-1948) etc.

A fundamental diferença logo se manifesta se pensarmos na popular seresta "Luar do Sertão" de Catulo da Paixão Cearense, em confronto à tremenda complexidade da Oitava Sinfonia de Bruckner ou a Nona Sinfonia, bem como a Missa Solemnis de Beethoven.

Por via de consequência, a concepção erudita é predominantemente intelectual. O preparo de uma partitura de câmara, orquestral ou operática implica um labor estrênuo, exaustivo, gigantesco, a perdurar por vezes meses e anos, excetuados certos autores que sabiam e podiam gerar obras ao correr da pena, como p. ex. Telemann, Handel, Vivaldi, Mozart, Rossini, Donizetti, Schubert, Villa-Lobos.

POETAS PAULISTAS

A El Rey Noso Señor

I

A terra

Esta terra, Senhor, das mais famosas
 Já foi, em priscas eras esquecidas;
 Mui mais fermosa que outras conhecidas
 Por suas águas e matas portentosas.

Esta terra já foi das mais graciosas
 (Perdoai-me.. são coisas descabidas)
 Pelas moças as quais nunca escondidas
 Tinham as vergonhinhas capitosas.

Senhor, lembrar-vos-ei as pranas praias
 E as chãs que plantando tudo dava,
 Todas do mundo ultrapassando as raias.

Se delas inda possuís a lavra,
 Relevai-me o conselho, aproveitai-as,
 Que as vem aproveitando gente brava.

II

O homem

O homem, Senhor, é antes de tudo um forte,
 Isso, nos velhos tempos, com certeza...
 Não lhe faltava força nem nobreza
 Embora não presentes no seu porte.

Não há, diziam, quem sua frente entorte,
 Apesar da aparente singeleza,
 Quando toda a feição se lhe retesa
 E a vida atira aos encontrões da morte.

Senhor, esse homem não se fez ignavo:
 Rompeu grilhões e dilatou fronteiras;
 Foi sempre livre, não quis ser escravo.

Dele agora se narram frioleiras,
 Afirmam que suporta o insulto e o agravo
 No intento de esquivar novas canseiras.

III

A luta

Senhor, posso afiançar-vos sem doblez
 Que heróicas lutas houve nesta terra.
 Contra invasores sustentou-se guerra;
 Batalhou-se por Deus mais de uma vez.

Guerras houve, Senhor, contra o francês,
 Contra o flamengo, o gringo, e até outra guerra
 (Em toda a compreensão que o termo encerra)
 Pela Constituição aqui se fez.

Esses fatos pertencem hoje à história.
 Que eles não se repitam. Mas sabei
 Que deles vai perdendo-se a memória;

Que já não há combates pela lei:
 A luta pelo ouro, pugna inglória,
 É a única a mover os desta grei.

Afranio Zuccolotto

ETERNA JUVENTUDE

Para Nucci

Quando em meus olhos os teus olhos pousas
 vejo-te jovem como via outrora:
 luz interior não é como são cousas
 pulverizadas pela mó das horas.

Amar é ver o mundo em transparência
 iluminando o corpo que envelhece,
 reconduzido o curso da existência
 à fonte espiritual que não perece.

O nosso novo e antigo amor perdura
 iluminado por uma luz tão pura
 que, por mais que este mundo aziago mude,
 sentiremos até o fim da vida
 a velhice corpórea adormecida
 no milagre de nossa juventude.

Miguel Reale

* * *

MOÇA TOMANDO CAFÉ

Num salão de Paris
 a linda moça, de olhar gris,
 toma café.
 Moça feliz.

Mas a moça não sabe, por que, é,
 que há um mar azul, antes da sua xícara de café;
 e que há um navio longo antes do mar azul...
 E que antes do navio longo há uma terra do sul;
 e antes da terra um porto, em contínuo vaivém,
 com guindastes roncando na boca do trem
 e botando letreiros nas costas do mar...
 E antes do porto um trem madrugador
 sobe-desce da serra a gritar, sem parar,
 nas carretilhas que zunem de dor...
 E antes da serra está o relógio da estação...
 Tudo ofegante com um coração

que está sempre chegando, e palpitando assim.
 E antes dessa estação se estende o cafezal.
 E antes do cafezal está o homem, por fim,
 que derrubou sozinho a floresta brutal.
 O homem sujo de terra, o lavrador
 que dorme rico, a plantação branca de flor,
 e acorda pobre no outro dia... (não faz mal)
 com a geadá negra que queimou o cafezal.

A riqueza é uma noiva, que fazer?
 que promete e que falta sem querer...
 Chega a vestir-se assim, enfeitada de flor,
 na noite branca que é o seu véu nupcial,
 mas vem o sol, queima-lhe o véu,
 e a conduz loucamente para o céu
 arrancando-a das mãos do lavrador.

Quedê o sertão daqui?

lavrador derrubou.

Quedê o lavrador?

está plantando café.

Quedê o café?

Moça bebeu.

Mas a moça, onde está?

está em Paris.

Moça feliz.

Cassiano Ricardo (1895-1974)

PRUDENTE, uma Posse Centenária

Roberto Machado Carvalho

O primeiro Presidente civil do Brasil, Prudente José de Moraes Barros, tomou posse no dia 15 de novembro de 1894, sucedendo aos conturbados períodos dos militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Prudente era natural da então vila de Itu. Nasceu aos 4 de outubro de 1841. Foi também o primeiro Presidente eleito por via direta a 1º de março de 1894, obtendo 290.883 votos. Após a eleição deixou o Rio de Janeiro, então capital federal, retornando a Piracicaba (SP) onde iniciou sua brilhante carreira política-administrativa e as lides da advocacia. Ali permaneceu até 2 de novembro quando voltou ao Rio de Janeiro para aguardar o dia da posse. A viagem foi por via férrea. Corriam rumores de um possível golpe de Estado por parte de Floriano, desejo manifestado por seus partidários. Prudente, porém, estava sereno e convicto quanto ao respeito pelo resultado das urnas. Ao passar por Capivari (SP), na gare local, disse em resposta à vibração popular:

“Eu lhes asseguro que me empossarei na presidência da República, haja o que houver, nem que tenha de pagar por esse gesto, o preço da própria vida”.

Correligionários e populares foram receber o novo Presidente e familiares na estação da Central do Brasil, Rio de Janeiro. Deu-se, na ocasião, uma nota destoante. A ausência de qualquer representante do governo que findava o seu mandato. Nem mesmo carro oficial foi colocado à disposição de Prudente. Desde Piracicaba tudo foi pago de seu bolso, incluindo o transporte em tilburi e hospedagem no Hotel dos Estrangeiros. Somente no dia seguinte é que o tenente Sadock de Sá, ajudante de ordens de Floriano, vai cumprimentar Prudente, em nome do governo.

O ambiente político estava carregado de boatos sobre uma mudança na decisão de Floriano de entregar o poder. Até a audiência solicitada foi negada. Os jacobinos florianistas estavam em pé de guerra contra a posse de um governo civil. “A hostilidade à nova ordem de coisas que Prudente encarnava era manifesta, palpável, flagrante. Pouca gente acreditava na transmissão regular e pacífica do poder”, escreveu Rodrigo

Otávio em “Minhas Memórias dos Outros”.

Prudente, com paciência e altivez aguarda o 15 de novembro. Estava ali por imposição popular e seu lugar era dignificar a vontade das urnas.

Felizmente, as esperanças das aves agourentas foram abaladas. Floriano manteve o propósito de transmitir o cargo, mesmo porque uma cirrose hepática abatia-lhe as energias. Faleceu alguns meses depois, em 29 de junho de 1895.

Amanhece o dia 15 de novembro de 1894. Prudente dirige-se ao Senado onde presta juramento de posse, juntamente com o Vice-presidente eleito Manuel Vitorino, médico e senador pelo Estado da Bahia, na presença de 32 senadores e 92 deputados em sessão presidida pelo Dr. Ubaldino do Amaral. Empossado, Prudente e seu Vice deslocam-se para o Itamarati para o ato de transmissão do cargo. O antigo Palácio da Rua Larga de São Joaquim mais parece uma casa abandonada. Ninguém do mundo oficial está presente. Somente populares davam uma nota festiva ao ambiente. Não demora e chega o Presidente com seu porte altivo, acompanhado de amigos, parlamentares e ministros que escolhera. Mas, quem fará a transmissão do cargo? Prudente, impassível como sempre, aguarda alguns instantes. Finalmente chega o Dr. Cassiano do Nascimento, ministro da Justiça e Interior do governo anterior. Em poucos minutos transmite o cargo. Em seguida, Prudente assina os decretos de nomeação dos novos ministros: Fazenda - Francisco de Paula Rodrigues Alves, Justiça e Interior - Antonio Gonçalves Ferreira, Exterior - Carlos Augusto de Carvalho, Obras Públicas - Antonio Olinto dos Santos Barbosa. Como chefe da Casa Militar foi nomeado o Cel. Mendes de Moraes e secretário particular, Rodrigo Otávio.

No dia 15 de novembro de 1898, após cumprir um mandato de quatro anos, Prudente passa o governo ao Presidente Campos Sales. Em sua mensagem de despedida anotou:

“Eram de grandes esperanças as vozes que ecoaram aos meus ouvidos quando, a 15 de novembro de 1894, assumi a

alta direção dos negócios públicos. Eu senti, naquele momento, ouvindo as expansões de entusiasmo das mais puras manifestações populares, o peso da enorme responsabilidade que me caía sobre os ombros e o receio que me faltassem as forças em meio da penosa jornada. Era necessário fazer funcionar todo o mecanismo da administração com a regularidade, a ordem e a firmeza que a lei, somente a lei, bem aplicada, pode executar. Era preciso, sobretudo, eu bem o compreendi, restituir ao povo a paz e a tranqüilidade, despertando-lhe n’alma, com o respeito inviolável de todos os direitos, a confiança em o novo regime, o amor pela República”.

Prudente encerrou seu mandato sob aclamações populares. A história fez justiça ao seu período presidencial dando-lhe o título de “O Pacificador”.

Ao entregar o governo ao seu sucessor, o País respirava um clima de concórdia. As duras refregas registradas no Sul - Revolução Federalista - e nos sertões da Bahia - Revolta de Canudos - estavam encerradas. Nesta última o clima político de hostilidades ao íncrito governante, registrou o drama da recepção aos últimos soldados que regressavam de Canudos. Ao comparecer no cais da Marinha para recebê-los, Prudente foi vítima de um atentado. A coragem cívica que sacrificou seu ministro da Guerra, Mal. Machado Bitencourt, salvou-lhe a vida. Contrariando conselhos de seus amigos, dado o ambiente político, o Presidente fez questão de comparecer aos funerais de seu ministro e ganhou aplausos da população e a vibrante saudação de José do Patrocínio.

Prudente, em viagem triunfal, retornou a Piracicaba e foi residir na mesma casa que havia construído em 1870. Os quatro últimos anos de vida - faleceu em 1902 - foram repassados de admirações pelo grande brasileiro. Com o desenlace, o País prestou-lhe significativas homenagens, sendo sepultado em sua terra adotiva, Piracicaba, onde foi erguido um magestoso mausoléu. Seus pertences, com destaque para o escritório de advocacia, foram transferidos para o Museu Republicano de sua terra natal, Itu.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO

Henrique Jorge Guedes Neto

São Paulo, 28 de maio de 1995.

Caro Sr. Presidente Douglas Michalany e demais membros da Diretoria:

Tendo recebido os dois últimos Boletins desta casa de culto à História, pude ter a oportunidade e o prazer de compartilhar com a minha família de algumas lições de História Paulista e Brasileira.

Tomo, pois, a liberdade de escrever um pequeno artigo sobre a História da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, tradicional instituição da nossa tão querida cidade de Piratininga. Sendo médico formado na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo em 1978 e tendo trabalhado até 1992 como Cirurgião Vascular, Chefe de Serviço do Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho da Santa Casa de São Paulo, tive a oportunidade de viver dentro desta instituição o que ela realmente é para o povo e principalmente para o doente carente de recursos do Brasil.

As Santa Casas de Misericórdia devem a sua fundação a Dona Leonor de Lencastre, filha do Infante Dom Fernando, mulher do Príncipe Perfeito Dom João II e uma das cinco Rainhas que durante oito séculos sentaram-se no Trono Português.

Dona Leonor mereceu a denominação de "Flor da Caridade" pois tendo perdido o filho afogado e logo após o marido, voltou-se para as obras espirituais e provavelmente sob a orientação do seu confessor, o frade espanhol Miguel de Contreiras, começou uma longa e profícua vida de benemerência.

A fundação de uma Santa Casa de Misericórdia em Portugal em 1498, serviu de fator de união e integração da nobreza com o clero e com o povo, sendo orientação também para as províncias do Ultramar.

As obras da Misericórdia prescritas pelos seus fundadores foram enumeradas como se segue e são seguidas até hoje:

- 1 - Rezar pelos vivos e pelos mortos.
- 2 - Dar bom conselho a quem pede.
- 3 - Castigar com caridade os que erram.
- 4 - Consolar os aflitos.

- 5 - Sofrer com paciência as injúrias.
- 6 - Anular as desavenças.
- 7 - Amparar os expostos.
- 8 - Ensinar os simples.
- 9 - Remir os cativos.
- 10 - Visitar e confortar os presos.
- 11 - Cobrir os nus.
- 12 - Dar de comer aos famintos.
- 13 - Curar os enfermos.
- 14 - Dar pousada aos peregrinos pobres.
- 15 - Enterrar os mortos.

Atualmente em Portugal e nas suas Colônias e ex-Colônias há mais de trezentas Santa Casas e no Brasil não há cidade importante que não tenha a sua.

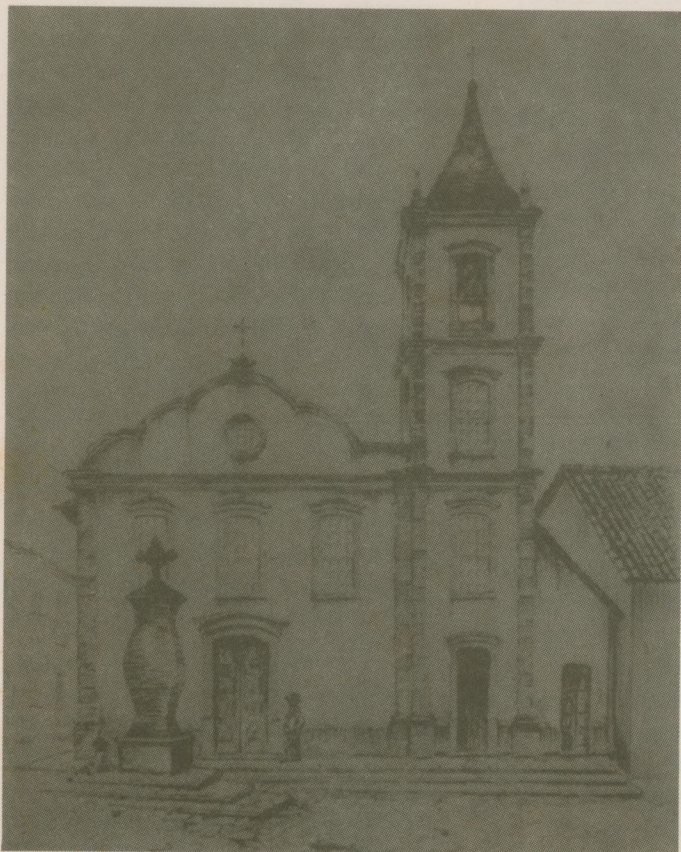
Na nossa Terra de Piratininga a Santa Casa de Misericórdia representa as forças sociais de maior dignidade e de mais intensa ressonância na vida da cidade. A Santa Casa de São Paulo é uma das poucas instituições sérias que subsistem há mais de quatrocentos anos.

Desconhece-se a data exata de sua fundação mas por documentos do final do século XVI, mais precisamente por uma carta de 5/10/1599, a Sra. Isabel Fernandes, mulher de Henrique da Cunha, achando-se muito doente, fez um testamento, legando à Misericórdia a quantia de cem mil réis.

Tendo uma organização mista, laica e religiosa, e tendo um caráter massônico de auxílio mútuo, esta instituição conseguiu não naufragar por diversas vezes, neste nosso tão revoltado mar de descabros políticos e econômicos.

Desde o seu primeiro Provedor Antônio de Godói Moreira (1680-1681), passando pelo Dr. Christiano Altenfelder Silva (1958-1983), um dos fundadores da U.S.P., até os dias atuais com o Prof. Waldemar de Carvalho Pinto (1990-), podemos constatar que escol de pessoas de primeira linha trabalharam pelos ideais da Misericórdia.

Em consonância com as Irmãs da Congregação São José e com os médicos saídos dos bancos da sua Faculdade de Medicina, podemos bradar aos quatro cantos com orgulho e ufanismo que ainda há em São Paulo e tendo a certeza que haverá para sempre uma Santa Casa que com a Misericórdia Divina e a vontade do povo paulista segue os mandamentos dos seus fundadores portugueses.



Santa Casa de Misericórdia de São Paulo... onde foi plantada sua primeira cruz hospitalar ninguém sabe com certeza. Mas, ficou também obscura a origem do nome de um Largo, já no miolo da atual cidade de São Paulo, e que é conhecido como Largo da Misericórdia.

Referências bibliográficas: 1 - Carneiro, Glauco. O poder da Misericórdia: A Irmandade da Santa Casa de São Paulo na História Social e Política da cidade de São Paulo: 1560-1985. São Paulo Press Gráfica Editora. 1986. 2v.

2 - Farina, Duílio Crispim. Medicina no Planalto de Piratininga. São Paulo. Impressora Pannartz, 1981.

3 - Gatti, M. Z. C. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - Arquitetura e Acervo. FESP-S.P. e IMSP. 1995.